



10º Encontro Internacional de Política Social
17º Encontro Nacional de Política Social
Tema: Democracia, participação popular e novas resistências
Vitória (ES, Brasil), 27 a 29 de agosto de 2024

Eixo: Análise, Avaliação e Financiamento das Políticas Públicas

As Políticas Sociais Brasileiras no contexto do Ultraneoliberalismo

Jousiele Ferreira Simplício¹
Maria Helena Lima Costa²
Maria do Socorro Pontes de Souza³

Resumo: O presente artigo, tem como objetivo refletir sobre o avanço do neoliberalismo no Brasil e as inflexões nas Políticas Sociais na recém criada Constituição Federal de 1988, contribuindo para a subtração dos direitos sociais e a perda da proteção social a partir do contexto dos anos 1990. Para construção do mesmo utilizamos a pesquisa bibliográfica e documental, com abordagem qualitativa, respaldando-se no referencial teórico-metodológico crítico-dialético. A pesquisa nos permitiu constatar que as inflexões neoliberais ganham maiores traços principalmente no contexto pós-golpe de 2016, corroborando com o agravamento da pobreza e da desigualdade social brasileira, evidenciadas após a implantação de medidas ultraneoliberais.

Palavras-chave: Neoliberalismo; Contrarreforma; política social.

Brazilian Social Policies in the context of Ultraneoliberalism

Abstract: This article aims to reflect on the advancement of neoliberalism in Brazil and the changes in Social Policies in the recently created Federal Constitution of 1988, contributing to the subtraction of social rights and the loss of social protection from the context of the 1990s. To construct it, we used bibliographic and documentary research, with a qualitative approach, supported by the critical-dialectic theoretical-methodological framework. The research allowed us to verify that neoliberal inflections take on greater features, especially in the post-coup context of 2016, corroborating the worsening of Brazilian poverty and social inequality, evidenced after the implementation of ultra-neoliberal measures.

Keywords: Neoliberalism; Counter-reformation; Social policy.

1. INTRODUÇÃO

A argumentação realizada neste artigo, traz uma aproximação do arranjo das políticas sociais no contexto brasileiro a partir da década de 1990 e como o traço neoliberal inflexionou esse bojo. Cabe ressaltar que em tal conjuntura, se iniciou um período de democratização dos direitos sociais no Brasil, fruto de lutas dos movimentos

¹ Assistente Social- Unimed CG; Mestre em Serviço Social pelo Programa de Pós- Graduação em Serviço Social -PPGSS da Universidade Estadual da Paraíba- UEPB; Membro do Grupo de Estudo e pesquisas sobre Trabalho e Proteção Social- GETRAPS/UEPB; E-mail: simpliciojpsy@gmail.com

² Assistente Social PMCG; Mestre em Serviço Social pelo Programa de Pós- Graduação em Serviço Social -PPGSS da Universidade Estadual da Paraíba- UEPB; Membro do Núcleo de Pesquisa em Política de Saúde e Serviço Social- NUPEPSS/UEPB. E-mail: mh.lc@hotmail.com

³ Professora do Departamento de Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba – UEPB; Membro do Núcleo de Pesquisa em Política de Saúde e Serviço Social – NUPEPSS/UEPB. E-mail: pontesfelix@servidor.uepb.edu.br

sociais que fizeram parte do contexto dos anos 1980, na perspectiva do fortalecimento do caráter público do Estado brasileiro e da ampliação dos direitos de cidadania, culminando com a promulgação da Constituição Federal de 1988. É a partir de tal conjuntura, que ocorrem diversos avanços no âmbito das políticas públicas de proteção social, inaugurando-se a partir de então, o conceito de Seguridade Social, através do tripé: saúde, previdência e assistência social. Entretanto, as importantes conquistas garantidas constitucionalmente, acabaram não se efetivando.

Nesse sentido, no início da década de 1990, é possível perceber que tais direitos passam a sofrer fortes ataques, a partir da adoção do projeto neoliberal no país, que iniciou um nítido processo de redução do Estado e, conseqüentemente, de terceirização, privatização e focalização das políticas sociais.

No que se refere às políticas de seguridade social, vale destacar a particularidade da política de saúde em tal contexto, considerando que o Sistema Único de Saúde (SUS), passa a sofrer com os constantes cortes orçamentários, com o objetivo de dar espaço para o setor privado. A expropriação no âmbito do direito à saúde e da política de saúde atinge seu ápice a partir da aprovação da Emenda Constitucional 95/2016, conhecida como “PEC da morte”, que institui o congelamento de recursos orçamentários para as políticas sociais por vinte anos, e que vem se refletindo no sucateamento, desfinanciamento e privatização do SUS.

Acerca da assistência social, os cortes constantes fizeram com que houvesse aumento da seletividade e burocratização no acesso dos usuários de tal política, abrindo espaço para a refilantropização da questão social. Em relação à Previdência Social, cabe destacar a reforma recentemente aprovada a partir da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 287/2016, que trouxe uma série de mudanças e retrocessos para o conjunto dos trabalhadores. Observa-se que foi a partir da adoção dessa política fiscal que retrocessos sociais se avolumaram no cotidiano do país, com destaque para a volta da fome em escala nacional e a expansão da pobreza em praticamente todas as regiões do país.

Destarte, o objetivo deste artigo de natureza documental e bibliográfica, respaldada referencial teórico-metodológico crítico-dialético, é realizar uma análise do modelo de desenvolvimento do capitalismo brasileiro e das medidas de política econômica para responder à crise mundial a partir do desmonte das políticas sociais e seus desdobramentos na regressão de direitos, com o avanço do neoliberalismo no país que ganha organicidade na década de 1990, e tem seu aprofundamento no contexto pós-

golpe de 2016, com a implementação de medidas ultraneoliberais.

2. A Ofensiva do Ultraneoliberalismo no Brasil

O neoliberalismo chega ao Brasil em um contexto caracterizado pela redemocratização política do país que ocorre a partir dos anos 1980, em uma conjuntura de crise interna e externa, permeada pela dificuldade na formulação de políticas econômicas, pela disparidade na distribuição de renda e pela explosão de juros e taxas inflacionárias. Conforme destaca Behring (2003), o Brasil adensa tal conjuntura, com uma dívida externa contraída pela iniciativa privada e que pressionado pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), fez com que o estado assumisse 70% desta. De acordo com a referida autora, podemos destacar algumas características desse período, como o empobrecimento generalizado da América Latina, especialmente no Brasil; a crise dos serviços sociais públicos; o desemprego; a informalização da economia; o favorecimento da produção para exportação em detrimento das necessidades internas. Esse cenário cria espaço para a instauração do neoliberalismo, que teve sua ascensão a partir da década de 1990. Behring (2003), afirma que em tal contexto, o neoliberalismo “encontra o solo fértil” para adentrar nas políticas econômicas e consequentemente no social, iniciando-se assim uma reconfiguração das políticas do país, estas sob jugo de capitais externos e ditames de órgãos como FMI e Banco Mundial.

É importante ressaltar, que a criação de uma Constituição Federal de 1988, possibilitou conquistas de direitos sociais, a exemplo da criação do Sistema Único de Saúde (SUS), atendendo a toda população de forma Universal. A partir da Constituição Federal temos “a criação de um desenho das políticas sociais que contou com a formulação da seguridade social, uma inovação muito distante do que se tinha estruturado até então” (Brettas, 2020, p. 231). Além disso a CF/88 é considerada um marco no reconhecimento da cidadania e regulamentação de direitos sociais, inaugurando-se o conceito de Seguridade Social, que compõe o tripé: saúde, previdência e assistência social. Concordamos com Bravo (2008), ao afirmar que

No que tange ao modelo de proteção social, a Constituição Federal de 1988 é a mais progressista do país, onde a Saúde, conjuntamente com a Assistência Social e a Previdência Social integra a Seguridade Social. À saúde coube cinco artigos (Arts. 196 - 200) e nestes está inscrito que esta é um direito de todos e dever do Estado, e a integração dos serviços de saúde de forma regionalizada e hierárquica, constituindo um sistema único. (p.222)

O SUS é decorrente de um dos mais exitosos movimentos sociais brasileiros que resultou na universalização do direito à saúde como dever do Estado Brasileiro, se contrapondo a dinâmica de oferta de serviços do setor baseado na acumulação do capital, prática vigente ao longo dos anos no Brasil. Entretanto nos anos 1990, tem-se início à contrarreforma do Estado (Behring, 2003), através de um conjunto de medidas neoliberais de desmonte e destruição das conquistas democráticas. Trata-se de uma reformatação do Estado de forma a adaptá-lo ao capital.

Os anos 1990 dão continuidade de forma acentuada aos ideais neoliberais nas políticas brasileiras: planos econômicos visando à estabilidade, mas em benefício do pagamento de dívida externa; do processo de privatização de empresas estatais (com imensos incentivos e subsídios por parte do Estado); da redução drástica nos gastos com a área social; e do direcionamento das políticas sociais para a focalização, seletividade e descentralização – trinômio do ideário neoliberal para com as políticas sociais (Behring; Boschetti 2008; Montaña, 2002 apud borlini, 2010)

Deste modo, ressaltamos o curto Governo de Fernando Collor, que é marcado pelo início do Estado neoliberal e contrarreforma do Estado, período também de implementação do SUS que sofreu inúmeras investidas em meio ao processo de refluxos dos movimentos sociais. Além disso, para Collor, o Estado era um grande Elefante Branco, que necessitava minimizar e otimizar a economia através do investimento no mercado de grandes empresas multinacionais. As propostas do seu projeto de reconstrução nacional, que em muito se assemelhavam às medidas do receituário neoliberal (estabilização financeira que dependeria de uma ampla “reforma” conservadora que reduzisse os gastos públicos, o tamanho do aparelho estatal e incentivasse a economia de mercado). Tal projeto expressou-se por meio dos Planos Collor 1 e 2, que fracassaram antes mesmo do governo completar o seu primeiro ano. A adoção do Plano Collor como objetivo de tentar equilibrar a economia e aumentar as reservas econômicas, junto a reforma administrativa e a abertura comercial, culminou no aumento do desemprego do país, além da recessão profunda (Behring, 2008). É diante dessa tentativa de reordenamento da economia do Estado brasileiro, que no governo Collor houve a abertura comercial mais importante desde o início da crise, as privatizações ganharam impulsos, além do avanço do ajuste fiscal.

Com o impeachment de Collor, assume o vice presidente Itamar Franco, que sofre com diversas pressões por parte do grande capital, para realizar uma ampla reforma na constituição Federal de 1988. De acordo com Soares (2010), foi nesse governo que os recursos destinados a previdência ficaram retidos pelo Ministério de Previdência Social

“o que ocasionou uma queda dos investimentos da ordem de 36% de 1990 a 1992”. Segundo Paim (2008 apud Soares, 2010) durante a gestão Itamar, ocorreu um “recrudescimento da operação descrédito capitaneada pelo próprio governo por intermédio da área econômica”. (p.195), o seu governo é característico pela continuidade da contrarreforma do estado de forma sistêmica e com estreitas relações com o capital estrangeiro.

Após o governo Itamar Franco, Fernando Henrique Cardoso (FHC), assume o mandato, até então tinha sido ministro da fazenda, a sua eleição foi pautada na criação de um novo plano de reordenamento econômico. Entretanto, o seu mandato é marcado pela ofensiva ainda maior nas políticas de saúde, com a criação de medidas para conter os gastos públicos com a seguridade social, a partir da criação da Emenda Constitucional nº20/1998³ junto a criação do Fundo Social de Emergência (FSE) que “subtraíram direitos a aposentadoria e recursos da Seguridade Social, para direcionar, os trabalhadores a aquisição de fundos privados” (Silva et al, 2017, p.61).

Nessa conjuntura, é criado o Ministério da Administração e Reforma do Estado (MARE), tendo como titular o Luiz Carlos Bresser Pereira, que instituiu o Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado (PDRE). O Plano Diretor⁴ afirma haver um esgotamento estatal e a necessidade de superar o estilo de administração pública burocrática, desta forma “o estado deve deixar de ser o responsável direto pelo desenvolvimento econômico e social para se tornar o promotor e regulador, transferindo para o setor privado as atividades que antes eram suas”. (Bravo, 2008, p.100). Diante dessa transferência, temos ainda a criação de mecanismos para o controle social, entretanto de forma enviesada, ou seja, desconsiderando toda a seguridade social que foi prevista na constituição federal, além disso, o plano diretor prevê o tripé da seguridade social de forma desarticulada.

É importante destacar ainda no governo de FHC, o financiamento de programas sociais pelo banco mundial, principalmente no âmbito da política de saúde que será o setor com mais investimento desse, a exemplo do programa de HIV/AIDS,

³ A Emenda Constitucional nº20/1998 dispõe da modificação do sistema de previdência social, estabelece normas de transição e dá outras providências. (Brasil, 1998)

⁴ O referido Plano propôs como principal inovação a criação de uma esfera pública não estatal que, embora exercendo funções públicas, devem fazê-lo obedecendo as leis do mercado (Bresser Pereira,1995 apud Soares 2010).

saúde da família, vigilância sanitária, dentre outros que foram realizados através de convênio com a referida instituição.

Durante os anos de 1990 e 2002, segundo aponta Brettas (2020, p.169), foi o período que mais houve privatizações no país, “a venda/concessão das estatais (incluindo as dívidas transferidas), totalizando U\$65,216 bilhões arrecadados”. Destacamos ainda que em 1997 temos a venda da estatal Vale do Rio Doce, além das concessões do sistema de telefonia e em seguida, no ano de 1998, o leilão da Telebrás, essas ações influenciaram nos montantes arrecadados.

As eleições de 2002 trouxeram a vitória do Partido dos Trabalhadores, trazendo esperança por medidas que rompessem com o projeto privatizante e mercadológico das políticas econômicas e sociais, sobretudo pela trajetória progressista do presidente eleito e de seu partido (PT). Todavia, como apontam Mendes e Marques (2005, apud Borlini, 2010), o governo Lula manteve e deu continuidade às medidas neoliberais, imperantes no governo anterior, principalmente na continuação da contrarreforma do estado, ampliando o espaço do privado não só na economia, mas nas políticas sociais. Para Marques e Mendes (2005, apud Bravo, 2008) as políticas sociais no governo de Lula podem ser caracterizadas em três eixos “O primeiro, projeto Fome zero; A contrarreforma da Previdência; O trato da equipe econômica aos recursos da Seguridade Social”. A criação do Programa Bolsa Família em 2003, fazendo parte do primeiro eixo de ações do governo, é um dos programas mais importantes do seu governo no que se refere a área social, tendo como objetivo o combate à pobreza e erradicação da fome e exclusão social, unificando os programas de transferência de renda até então existentes em nível federal.

No que se refere a economia, podemos destacar algumas ações do governo Lula, que auxiliou no crescimento da economia interna, com o investimento nas empresas nacionais, de acordo com Brettas (2020, p.173) essa ação do governo “contrariou frações da burguesia mais atreladas ao imperialismo, a chamada burguesia compradora, melhorando a posição da burguesia interna no bloco dos compradores”, apesar dessas ações para fortalecer o mercado interno, não foram o suficiente para descaracterizar a economia dependente que o Brasil possui desde a sua formação sócio-histórica, embora que, as ações tenham contribuído para o aumento do mercado interno, entretanto, seguiu voltado para as exportações através das “commodities que são mais vulneráveis as alterações internacionais”. Brettas (2020, p.173).

O populismo do governo Lula, possibilitou que o partido dos trabalhadores se mantivesse no poder, com a eleição da primeira mulher presidente do Brasil, Dilma Rousseff (gestão 2011/2016). É importante destacar que o seu governo deu continuidade ao processo contra reformista, com uma política de conciliação de classes, tendo sido criados programas voltados para a mulher, a criança e também foram implementados o programa aqui tem Farmácia Popular, com o objetivo de redistribuir medicamentos gratuitos para hipertensão e diabetes; e as Unidades de Pronto Atendimento 24 horas (UPAs), organizada na rede de urgência e emergência. Essas iniciativas foram direcionadas para solucionar problemas de forma imediata e focalizada, visto que, fortalecem o modelo de atendimento hospitalocêntrico, ao invés de fortalecer a atenção básica. O foco foi à redução dos gastos públicos e a manutenção do subfinanciamento, com expansão e fortalecimento do setor privado. Houve crescimento dos planos e seguros privados, incorporação de tecnologias de alto custo, financeirização do setor e continuidade da captura do SUS pelo setor privado (Paim; Reis, 2018).

Durante o governo de Dilma podemos destacar a proposta de criação da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH), criada ainda no governo Lula, a partir da Medida Provisória 520/2010, passa a ser sancionada no Governo de Dilma, através da Lei 12.550/2011, sob o discurso de sucateamento dos Hospitais Universitários, devido à falta de trabalhadores e infraestrutura, sendo necessário um novo gerenciamento através da Parceria Público- Privado. Ao longo do processo de aprovação dessa lei, tivemos diversas manifestações, mobilizadas e organizadas pela Frente Nacional Contra a Privatização da Saúde e por outras entidades e movimentos, de modo que, a criação da EBSERH não lida apenas com a questão da saúde, mas com a educação, já que os Hospitais Universitários fazem parte do processo de aprendizado das Universidades Federais.

As manobras parlamentares, jurídicas e midiáticas, que culminaram com o pedido de impeachment, e que em seguida resultou na cassação do mandato da presidenta Dilma Rousseff. Em seu lugar assume, de maneira ilegítima, Michel Temer, representando os setores mais atrasados, conservadores e reacionários da sociedade brasileira, dando continuidade ao processo de contrarreformas.

Desse modo, iniciamos uma nova fase da ofensiva neoliberal no país, com o aprofundamento dos ajustes fiscais, as novas formas contratuais para darem mais

liberdade ao trabalho⁵, a parcela do fundo público como suporte para o grande capital durante o período de crise, além da retomada das privatizações, com ataques principalmente as riquezas naturais do País, são expressões mais severas das iniciadas nos anos 90, sendo esse processo denominado de ultraneoliberalismo. Concordamos com Behring, et al (2020, p.106) ao afirmar que “o discurso é muito semelhante ao dos anos 90 a crise é do Estado e é necessário que “cada um faça a sua parte” no processo de socialização dos seus custos”.

3. As Políticas Sociais sob a Égide do Ultraneoliberalismo

O governo de Michel Temer é marcado pela criação de documentos para o embasamento da aceleração da contrarreforma a exemplo de Uma Ponte para o Futuro e Travessia Social, formulados pela Fundação Ulysses Guimarães do PMD, além de um estudo encomendado ao Banco Mundial⁶ para priorizar cortes na saúde. Portanto, temos uma aceleração das privatizações, por meio de ações drásticas, a principal é a EC- 95, conhecida como a “PEC da morte” que congelou os investimentos nas políticas de saúde e educação por vinte anos. Nesse sentido, para Bravo e Andreazzi (2019) com o governo Temer se aprofundam as tendências da maior privatização do sistema de saúde brasileiro, com parcerias público-privadas e parcerias de desenvolvimento produtivo. Ele é fruto do avanço da grande burguesia e latifúndio, subservientes aos ditames do capital financeiro internacional, por utilizar o fundo público para contrarrestar sua crise.

Borges e Matos (2020) apontam que pelo processo eleitoral em 2018, o rumo político levou à opção extremada e totalitária, com a chegada de Jair Bolsonaro ao poder, com suas propostas muito mais aviltantes, tendo conseguido emplacar as reformas previdenciária e trabalhista em seu primeiro ano de governo. A eleição de Bolsonaro evidenciou o potencial das forças conservadoras e de manifestações neofascistas, com

⁵ As novas configurações do trabalho ganham ênfase a partir desse governo, como os serviços de Freelance em que o trabalhador é pago pelo dia de trabalho, não possuindo nenhum vínculo com a empresa, permitindo que o mesmo possa prestar serviço a mais de uma empresa. O Home Office que nesse período ganhava espaço como medida da empresa diminuir gastos, fazendo com o que o trabalhador leve o seu trabalho para dentro da sua residência, sendo o responsável pelo custeio de energia, internet e as ferramentas de trabalho. Essas configurações se apresentam como propostas vantajosas para o trabalhador, o que na verdade não passa de uma falácia, pois esses trabalhadores não possuem nenhum direito previsto na CLT, além disso, precisam trabalhar por produção, ou seja, o dia em que não trabalhar não recebe, ocasionado uma superexploração da força de trabalho.

⁶ Em síntese como apontam Bravo e Andreazzi (2019) A) Redução do número de hospitais de pequeno porte; B) Redução do gasto tributário em saúde. ver mais em <https://periodicos.ufes.br/einps/article/view/25151>

articulação de milícias, assassinatos políticos, prisões arbitrárias, discursos de ódio, ações antidemocráticas, demonstração de autoritarismo na relação com o conhecimento, com a cultura, com as artes e no plano econômico, a consolidação do ultraneoliberalismo.

Os referidos autores ainda apontam que no segundo ano do governo Bolsonaro, consolida-se a ameaça no campo da formação acadêmica, com a perseguição ideológica às universidades públicas, manifestadas nos cortes e contingenciamento de recursos, suspensão de programas e de bolsas para iniciação científica, para a pesquisa acadêmica, dificuldades para manutenção da política de cotas e de permanência na Universidade, em um evidente enfrentamento à democratização desta instituição secular, reforçando o modelo de universidade privatista e elitista.

Fontes (2012) destaca a intensificação da expropriação secundária concernente aos direitos trabalhistas, sendo notório essa continuidade sob o governo auspicioso ao capital de Bolsonaro. Ao tomar posse, uma das primeiras medidas tomadas foi a extinção do Ministério do Trabalho, o que facilitou o descumprimento dos contratos e das leis trabalhistas. Outra medida agressiva aos trabalhadores foi a aprovação da PEC 287/2016, que versa sobre a Reforma da Previdência, em 2019.

Nesse cenário de governo, sob a direção ultraneoliberal, a ofensiva capitalista vem em busca do valor, referenciando-se em ajustes e medidas de austeridade, através da contrarreforma do estado, com destaque para a apropriação do fundo público e mercantilização das políticas públicas.

O carro chefe dessa ofensiva é a Contra Reforma do Estado e das Políticas Públicas. Mas outras medidas reforçam o desmonte da nação, tais como a banalização das diretrizes técnicas e normativas de funcionalidade do aparelho do Estado - caso notório do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente (IBAMA) e do Instituto Nacional de Pesquisa Espaciais (INPE) que monitoram a preservação do meio ambiente. Também se anota a profusão de militares como gestores de órgãos estatais e a supressão dos parcos mecanismos de participação da sociedade civil, como conselhos e fóruns, sob uma ardilosa engenharia apassivadora das classes subalternas, e quando necessário, o uso de meios coercitivos e estilo bonapartista. (Mota,2019, p.139)

A avalanche ultraneoliberal avança com medidas imbricadas à acumulação do capital. Cabe destacar particularmente no âmbito da política de saúde o fortalecimento da iniciativa privada, ferindo os princípios do SUS e contribuindo para o desmonte deles. Bravo e Pelaez (2020), fazendo um balanço das medidas contrarreformistas na política de saúde, implementadas pelo governo Bolsonaro, destacam que o Ministério da Saúde passou por mudanças na sua estrutura, sendo criadas duas Secretarias: a de Atenção

Primária à Saúde e a da Tecnologia da Informação, além da extinção da Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Já a Secretaria de Atenção à Saúde foi reformulada, priorizando a especialização e a criação de um Departamento de Certificação e Articulação com Hospitais Filantrópicos e Privados, estabelecendo a contratualização com o setor privado. Também foi reestruturado o Departamento de infecções sexualmente transmissíveis (ISTs), AIDS e Hepatites virais, que passou a se chamar, Departamento de Doenças de Condições Crônicas e Infecções Sexualmente Transmissíveis, ou seja, integrando o departamento de doenças como hanseníase e tuberculose.

Ainda no que se refere às medidas contrarreformistas do governo Bolsonaro, as referidas autoras destacam também a reformulação do Programa Mais Médicos, com o discurso de torná-lo “mais técnico e menos político”, além do retrocesso no que tange ao direcionamento e financiamento a política de saúde mental, pois “o governo defende a retomada da ampliação de leitos em hospitais psiquiátricos e passa a considerar as comunidades terapêuticas como dispositivos das Redes de Atenção Psicossocial a serem financiadas pelo SUS” (CEBES, 2019).

Cabe destacar ainda, a PEC 32- que versa uma Reforma administrativa, sob um discurso de governo que levanta como principal objetivo a diminuição de gastos com o funcionalismo público “findando com privilégios”, abrindo espaço para privatização, terceirização, pondo fim aos serviços públicos gratuitos universais prestados à população.

Em meio a tal contexto de retrocessos, no ano de 2020 eclode a pandemia com um vírus letal- covid 19, recrudescendo ainda mais a crise econômica e social e novas questões acentuam-se, tendo em vista as crescentes necessidades da população num contexto de crise sanitária. A alternativa neoliberal estava posta, e ela incluía não só as contrarreformas do Estado, como também, e mesmo principalmente, a negação da ciência, a rejeição às vacinas, a desconfiança do formato esférico da Terra, o fim da cultura, o desprezo pelo pensamento (Demier,2020)

Em plena pandemia ainda descontrolada no país, os cortes de gastos nas políticas públicas se aprofundaram, a saúde perdeu cerca de 2 bilhões de reais, sendo que a pesquisa de três programas da FIOCRUZ, por exemplo, e que tem sido decisiva no combate à Covid-19 e produção de vacinas, perdeu cerca de 10 milhões de reais (Behring, 2021).

Para além do contexto pandêmico, cabe pensar na letalidade intrínseca à condução da economia política brasileira nesse período que foi movida pela lógica da “austeridade” ultraneoliberal para as maiorias; e pelo privilégio e remuneração compulsória e farta de uma parcela ínfima, sanguessuga do fundo público.

Diante do desarranjo político e econômico, Luiz Inácio da Silva - Lula venceu as eleições de 2022, com sua reeleição, tomou posse em seu terceiro mandato em janeiro de 2023. Com curto período de governo, em buscas bibliográficas, pouco se observa avaliação do referido governo, no entanto, cabe destacar que os principais acordos celebrados em momento recente registrassem no plano internacional reaproximação com a China, e investimentos em setores-chave, sendo eles: Agropecuária e Agronegócio; Bancos e Finanças; Ciência, Tecnologia e Inovação; Comércio e Investimentos; Indústria, Comércio e Serviços; Infraestrutura e Logística, (Castelli e Oliveira, 2023)

Além disso, o último governo Lula apresentou ao Congresso Nacional sua proposta de política fiscal denominada de “Novo Arcabouço Fiscal”. Para Mattei (2023) na essência, com essa proposta o governo quer eliminar, ainda em 2024, o déficit primário, ao mesmo tempo em que acena para a obtenção de um superávit nas contas públicas da ordem de 0,5% do PIB em 2025 e de 1% em 2026, em síntese, essa proposta do Ministério da Fazenda busca equilibrar as contas do Governo Federal para controlar os gastos públicos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Cabe destacar que historicamente, grande parte do mundo experimentou o avanço da ofensiva neoliberal a partir dos anos 1980 e que inclusive muitos políticos de centro-esquerda optaram por esse viés. Conforme mencionamos nas reflexões que aqui construímos, no Brasil, desde os anos 1990, em nome da crise capitalista disseminada, o país realiza um processo de contrarreforma nacional, que mostra particularidades em diferentes governos, no neoliberalismo com Fernando Collor, Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso, o Social- Liberalismo marcados pelo governo de Lula e Dilma e o Ultraneoliberalismo dos governos de Michel Temer, Jair Bolsonaro. e atualmente no terceiro mandato do governo Lula.

Vale enfatizar que a perspectiva contrarreformista e de desmonte das políticas sociais, ganham visibilidade no país, no governo de Fernando Collor de Mello, que buscou estabelecer medidas neoliberais, mas apenas no governo de Fernando Henrique

Cardoso (FHC), que toma posse em 1994, adotando uma agenda de reformas, em meio a um cenário econômico de crise da dívida externa, desemprego e crise estrutural do capital, é que, efetivamente, tal projeto, ganha organicidade.

A política econômica patrocinada pelo governo FHC teve implicações desastrosas sobre as políticas sociais, com ideário liberal, se refletindo na redução e contenção de gasto dos fundos públicos, destinados ao financiamento dos serviços sociais direcionados aos segmentos pauperizados da população.

Se faz necessário destacar que a gestão do governo Lula que tem início a partir de 2003, mantém as deliberações neoliberais, subordinando as políticas sociais a lógica econômica conservadora, adequando-se aos ajustes e a contrarreforma neoliberal. O governo de Dilma Rousseff, tenta prosseguir com as conciliações de classes, entretanto, nesse governo é possível analisar ações que corroboram para o desfinanciamento das Políticas Sociais, a exemplo da criação da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares- EBSEH, responsável pelo Programa Nacional de Reestruturação dos Hospitais Universitários Federais- REHUF que contempla as 50 unidades do País.

Os governos Temer e Bolsonaro, já mencionados, nota-se o aprofundamento do neoliberalismo e de medidas de austeridade fiscal, avançando as privatizações, desfinanciamento das políticas sociais, expropriação de direitos sociais e mudanças nos marcos legais, que tem se materializado na regressão dos direitos conquistados constitucionalmente. Destacamos a regressão das Políticas sociais no governo Bolsonaro, com o desfinanciamento das políticas e o avanço do conservadorismo sobre elas, a exemplo da Política de Saúde Mental em que o então presidente defendia o aumento dos leitos dos hospitais psiquiátricos, além da abertura de manicômios.

Por fim, destacamos o terceiro governo de Lula em curso, e que traz a promessa de um maior investimento das Políticas sociais, principalmente após a aprovação do novo Arcabouço Fiscal (Lei complementar 200/2023) aprovado em agosto de 2023, que visa substituir o teto de gastos aprovado durante o governo de Temer. A previsão é que haja o crescimento das despesas em saúde e que seja em torno de 15% da receita líquida e de 18% na educação, sendo um crescimento acima da inflação.

REFERÊNCIAS

BRAVO, M. I.; PELAEZ, E.; PINHEIRO, W. As contrarreformas na política de saúde do governo Temer. **Argumentum**, Vitória, v. 10, n. 1, abr.2018. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/argumentum/article/view/19139/13218>. Acesso em: 10 jul. 2020.

BRAVO, M. I.; ANDREAZZI, Maria de Fátima Siliansky de. AVANÇOS DA CONTRARREFORMA NA SAÚDE INTENSIFICADAS A PARTIR DO GOVERNO ILEGÍTIMO DO TEMER. **7º Encontro Internacional de Política Social 14º Encontro Nacional de Política Social**. Vitória (ES, Brasil), 3 a 6 de junho de 2019. Disponível em <https://periodicos.ufes.br/einps/article/view/25151>. Acesso em 16 de maio 2024.

BRAVO, M.I.S, *et al* (org.). **Política de saúde na atual conjuntura: modelos de gestão e agenda para a saúde**. Seção Sindical dos Docentes da Universidade Federal do Rio de Janeiro do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior, Rio de Janeiro, v. 2, n. 48, p. 1-48, 2008.

BEHRING, E. R. **Brasil em Contra-reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

_____. **Orcamento no Governo Bolsonaro: entre a letalidade e o clientelismo**. Esquerda online, 11 maio 2021. Disponível em <<https://esquerdaonline.com.br/2021/05/11/orcamento-no-governo-bolsonaro-entre-a-letalidade-e-o-clientelismo/>>. Acessado 19 de Ago. 2021.

_____. Emancipação, Revolução permanente e Política Social. In: BOSCHETTI. I. (org.) et al. **Que Política para qual emancipação?** Brasília, 2018. Cap. 10, p 235-262.

BORGES. M. E. S.; MATOS. M. C. As duas facetas da mesma moeda: Ultraneoliberalismo e ultraneoliberalismo no Brasil da atualidade. In: BRAVO. M. I. (org.) et al. **Políticas Sociais e Ultraneoliberalismo**. Uberlândia, 2020. Cap. 3, p. 71-88.

BORLINI, L. M. **Há pedras no meio do caminho do SUS: - os impactos do neoliberalismo na saúde do brasil**. Textos & Contextos, Porto Alegre, v. 9, n. 2, p. 321-333, dez. 2010. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/view/7697>. Acesso em: 15 jul. 2020.

BRAZ, M. **O governo Lula e o projeto ético-político do Serviço Social**. Serviço Social & Sociedade. São Paulo: Cortez, ano XXV, nº. 78, p. 48-68, julho de 2004.
BRETTAS, Tatiana. **Capitalismo dependente, neoliberalismo e financeirização das políticas sociais no Brasil**. Rio de Janeiro: Consequência, 2020. 292 p.

CASSIN, Márcia Pereira da Silva. **DEPENDÊNCIA E ULTRANEOLIBERALISMO: AS POLÍTICAS SOCIAIS NO BRASIL PÓS-GOLPE DE 2016.** *Temporalis*, Brasília (DF), ano 22, n. 43, p. 17-33, jan./jun. 2022. Disponível em <https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/37772/25300> . Acesso em 16 de maio 2024.

CASTELLI, Yasmin Lenz Piccoli; OLIVEIRA, Octávio Henrique Alves Costa de. **A Economia Política das Relações Brasil-China: uma proposta de análise dos acordos firmados no terceiro governo Lula.** *Rev. Conj. Aust.* | Porto Alegre | v.14, n.68| p.163-177| out./dez. 2023. Disponível em <https://seer.ufrgs.br/index.php/ConjunturaAustral/article/view/133580/90559> . Acesso 16 de maio 2024.

CEBES. **O desmonte do SUS em tempos de Bolsonaro**, 16 dez. 2019. Disponível em: Acesso em: 30 abr. 2021

DEMIER, F. **Burguesia e Pandemia notas de conjuntura sobre o Neofascismo e Ultraneoliberalismo no Brasil de Bolsonaro.** In: BRAVO, M. I. (org.) et al. *Políticas Sociais e Ultraneoliberalismo*. Uberlândia, 2020. Cap 4, p 89-102.

FONTES, V. **O Brasil e o Capital-imperialismo: teoria e história.** 3.ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ. 2012.

Lauro, Mattei. **O NOVO ARCABOUÇO FISCAL BRASILEIRO EM CONSTRUÇÃO.** *Revista NECAT* –Ano 12, n °23 Jan-Jun/2023. Disponível em <https://ojs.sites.ufsc.br/index.php/revistanecat/article/view/6251/5213> . Acesso em 17 de maio 2024.

MOTA, A. E. **A cultura da crise, e as ideologias no ultraneoliberalismo brasileiro.** In: CISLAGHI, J.; F. E DEMIER, Felipe. (Orgs). **Neofascismo no poder (ano I) análises e críticas sobre o governo Bolsonaro.** Rio de Janeiro.2019. Cap. 6, p. 135-148.

NETTO, J. Paulo. **FHC e a política social: um desastre para as massas trabalhadoras.** In: LESBAUPIN, I. (Org.) **O desmonte da nação: balanço do governo FHC.** 3ª ed. Petrópolis; Rio de Janeiro.1999. p. 75-89.

POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE. Entrevista Especial com Bravo, M.I.S. In: *Revista de Políticas Públicas.* São Luís: Universidade Federal do Maranhão, v. 20, n. 1, 2016. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/3211/321146417014.pdf>. Acesso em: 05 jul. 2021.

REIS, C. R.; PAIM, J. S. **A saúde nos períodos dos governos Dilma Rousseff (2011-2016).** *Divulgação em Saúde Para Debate*, Rio de Janeiro, v. 58, n. 58, p. 101-114, jul. 2018.

SILVA, Maria Geremias da; BEZERRA, Maria Clara Ezequiel. O Processo de implantação dos modelos de privatizantes de gestão: a empresa brasileira de serviço hospitalares. In: SILVA, Alessandra Ximenes da; NÓBREGA, Mônica Barros da; MATIAS, Thaísa Simplicio Carneiro. **CONTRARREFORMA, INTELECTUAIS E SERVIÇO SOCIAL: as inflexões na política de saúde**. Campina Grande: Eduepb, 2017. p. 23-443.

SOARES, R. C. **A Contrarreforma na Política de Saúde e o SUS hoje: Impactos e demandas ao serviço social**. 2010. 209 f. Tese (Doutorado) - Curso de Serviço Social, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2010.